

INTRODUÇÃO

Desafios da ciência ambiental para enfrentar o negacionismo

*Sueli Angelo Furlan
Pedro Roberto Jacobi
Paulo Sinisgalli*

Dentre as diversas transformações pelas quais a Terra passou desde a Revolução Industrial, as mais significativas certamente são a mudança global do clima e as suas consequências desastrosas para todos os habitantes deste mundo.

É inquestionável que esses processos de transformação são decorrentes de causas humanas. Contudo, ainda persistem dúvidas acerca das razões dessas mudanças, sejam elas naturais, sejam humanas. Mesmo com esses questionamentos, o que fica cada vez mais evidente é a ocorrência de manifestações desses efeitos climáticos e suas consequências para todos em distintas escalas. Para melhor entendimento das relações entre os diversos sistemas, com múltiplas facetas, é necessária uma articulação de praticamente todos os campos do conhecimento.

Para Ulrich Beck (2007), viver em uma sociedade de risco significa que a controlabilidade dos efeitos colaterais e dos perigos produzidos pelas decisões tornou-se problemática, e os saberes podem servir para transformar riscos imprevisíveis em riscos calculáveis. Isso, por sua vez, produz novas imprevisibilidades. A “reflexividade da incerteza” e a indeterminabilidade do risco se tornam, pela primeira vez, funda-

mentais para todos nós, de modo que devemos redefinir nossa concepção de sociedade e nossos conceitos sociológicos (Jacobi; Giatti; Ambrizzi, 2015).

Nas últimas décadas, o termo “antropoceno” vem sendo cada vez mais utilizado por pesquisadores e profissionais, das mais variadas áreas de conhecimento, destacando como as ações humanas estão alterando as dinâmicas socioambientais. Nesse sentido, já há algum tempo menciona-se que vivemos uma crise planetária.

Se os cenários projetados pelos estudos sobre o clima global se concretizarem, em decorrência das contínuas emissões de gases de efeito estufa e do consequente aquecimento acentuado do planeta, enfrentaremos uma nova dinâmica nas forças geofísicas e biológicas. Os impactos serão profundos e abrangentes, atingindo todas as esferas: social, econômica e ambiental. Para lidar com esses efeitos, a humanidade será forçada a empreender grandes esforços de adaptação. Eventos extremos como secas prolongadas, ciclones tropicais, ondas de calor, enchentes, incêndios florestais e processos acelerados de erosão se tornarão mais frequentes e intensos. As consequências incluirão perdas agrícolas significativas, escassez de água e alimentos, aumento da desnutrição e disseminação de doenças infecciosas. Essas condições críticas tendem a provocar deslocamentos populacionais em larga escala, além de intensificar conflitos regionais. Apesar dos alertas persistentes da comunidade científica, esse futuro distópico não apenas se aproxima, como já começa a se manifestar no presente.

Mesmo com a multiplicação de tragédias socioambientais, muitas das quais anunciadas, o que se observa é a persistência do negacionismo climático e ambiental. Esse negacionismo tem como premissa minimizar as responsabilidades dos governantes e, em muitos casos, dos agentes econômicos, notadamente associados com a agenda que impulsiona o crescimento econômico e o consumo, ao mesmo tempo que mantém (e até amplia) o uso de combustíveis fósseis. Essa forma de negacionismo se pauta pelo questionamento, principalmente daquelas que rejeitam a ciência como condutora das estratégias coletivas de enfrentamento dos problemas coletivos. Em nome dessas estratégias, é necessário confrontar lógicas econômicas e agendas que comprometem os esforços de descarbonização e outras medidas de controle das emissões de dióxido de carbono, além de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Nesse sentido, o negacionismo climático é uma forma de reação contra a atuação do Estado e dos organismos multilaterais visando o bem comum, orientando a economia, as formas de produção e consumo e, principalmente, impactando a qualidade de vida das pessoas para fazer frente às mudanças climáticas. Esse posicionamento ainda reflete a obstrução de políticas internacionais e locais no enfrentamento ao aquecimento global e à degradação ambiental. Atua principalmente na defesa de interesses econômicos e financeiros globais, em contraponto às medidas de redução de CO₂ e de conservação dos sistemas naturais. Ressalta-se que o negacionismo climático tem sido promovido

pelo constante investimento para ampliar a exploração de combustíveis fósseis e outros minerais de interesse da produção de processos produtivos lineares.

No Brasil, o negacionismo está associado, sobretudo, aos interesses do setor do agronegócio e às atividades minerais extrativistas, com vistas a deslegitimar políticas ambientais, expandir a fronteira agrícola por meio do desmatamento e desregular o uso de áreas legalmente protegidas. Tudo isso está orientado para a manutenção e a expansão do modelo de produção primária agroexportadora, baseado na exploração intensiva dos recursos naturais. O negacionismo climático se manifesta por meio de diversas estratégias que visam negar, minimizar ou desacreditar os achados da ciência do clima. Esse movimento está fortemente vinculado à produção e disseminação de desinformação, especialmente com ataques direcionados ao papel dos cientistas, o que pode minar profundamente a confiança da sociedade na ciência.

O quadro alarmante demanda urgentes ações para reverter os cenários de emergência climática. Ano após ano, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) tem mostrado que vivemos anos mais quentes, e que já ultrapassamos o 1,5 °C definido pelo Acordo de Paris em 2016. Isso reforça a necessidade de governos fortalecerem medidas de adaptação, bem como de ampliarem a cooperação científica e intersetorial. A OMM defende, ainda, a Rede de Monitoramento, além da definição de protocolos com órgãos atuantes em períodos chuvosos e de estiagem, ações estruturais para a retirada de população das áreas de risco e para garantir o funcionamento adequado da drenagem urbana em caso de chuvas intensas.

Para tanto, tornam-se necessários avanços em diferentes formas de atuação quanto à segurança hídrica, energética e alimentar, além de investimentos intersetoriais em moradia para reduzir os impactos dos eventos extremos nas populações mais vulneráveis, voltados para a redução das injustiças climáticas. Sobretudo no planejamento das cidades, destacando os grandes aglomerados em situação de vulnerabilidade e risco.

Dessa forma, torna-se fundamental combater o negacionismo climático. A ascensão de políticos negacionistas, mundo afora, representa um risco não somente em relação à emergência climática, mas para outras temáticas científicas que estão sendo impactadas pela disseminação de campanhas de desinformação, incluindo as de saúde pública.

Isso demanda um conjunto de ações articuladas nas ações educativas em todos os níveis de formação, com a finalidade de fortalecer a difusão da informação científica e a discussão ética para combater a desinformação. Nesse contexto, amplia-se a corresponsabilização da sociedade como um todo. E, para tanto, torna-se necessário ampliar ações de capacitação contínua, dada a dinâmica envolvendo a complexidade do tema. É importante destacar que, em função dessa complexidade, há grupos que exploram a falseabilidade da ciência, atacando resultados e modelos científicos que vão contra seus interesses econômicos e ideologias políticas conservadoras e obscurantistas. É preciso reforçar que os resultados e modelos têm as suas incertezas, mas

representam uma luz para orientar o melhor caminho. Sem esses esforços científicos, estamos fadados a caminhar às cegas.

Já há consenso no meio acadêmico de que os eventos climáticos extremos acontecerão com mais frequência e com maior impacto, o que demanda ampliar ações para fortalecer a resiliência, a adaptação e confrontar o negacionismo climático, que representa uma reação defensiva à possibilidade de mudanças estruturais na economia e no estilo de vida, necessárias para enfrentar a crise ambiental.

Há caminhos a serem trilhados colaborativamente para responder de forma apropriada a essas questões, mostrando que a dimensão ambiental apresenta mecanismos capazes de minimizar, orientar e antecipar os efeitos das mudanças climáticas. A dimensão ambiental se configura crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social. Enfatizamos que a divulgação do conhecimento científico é uma necessidade para todos.

Assim, a multiplicação dos problemas ambientais tem imposto às diversas disciplinas científicas temas para os quais estas não estavam anteriormente preparadas e para cujo enfrentamento demanda reformular os parâmetros de ensino e pesquisa. Sem renunciar às especialidades disciplinares atualmente em vigor, mas certamente contribuindo para sua reformulação e desenvolvimento, a noção dos problemas socioambientais recoloca o ser humano no centro das preocupações e dos programas científicos. Essa postura aponta para uma sociedade sociobiocêntrica. Assim, a sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa se associar, permanentemente, às responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos determinantes extraeconômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética com todos os seres vivos.

A ênfase em práticas que estimulam a interdisciplinaridade e a transversalidade revela o grande potencial que existe para sair do lugar comum. Trabalhar com temáticas que incitam mudanças no comportamento, na responsabilidade socioambiental e na ética ambiental representa o caminho a ser seguido, e que estimula outro olhar. Trata-se da importância de compreender a complexidade envolvida nos processos e o desafio de ter uma atitude mais reflexiva e atuante e, por conseguinte, que os cidadãos se tornem mais responsáveis, cuidadosos e engajados em processos colaborativos com o ambiente.

Defendemos o que muitos pesquisadores vêm enfatizando: negar a ciência é escolher a ignorância. Engajar-se pela ciência é lutar por justiça, sustentabilidade e sobrevivência.